

Luana Frigulha Guisso  
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 5

**Teoria e prática em educação,  
ciência e tecnologia**

Luana Frigulha Guisso e  
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# **DIÁLOGOS**

# **INTERDISCIPLINARES 5:**

## **Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia**

1ª edição

Vitória  
Diálogo Comunicação e Marketing  
2023

Dialogos interdisciplinares 5: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia  
© 2023, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira

*Curso*

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

*Instituição*

Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

*Projeto gráfico e editoração*

Diálogo Comunicação e Marketing

*Capa e diagramação*

Ilvan Filho

1ª edição

DOI: 10.29327/5189674

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537      Diálogos interdisciplinares 5: teoria e prática em  
educação, ciência e tecnologia / organização Ivana  
Esteves Passos de Oliveira, Luana Frigulha Guisso. -  
  
Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2023. -  
  
333 p. : il. foto. color. ; 24 cm.  
  
ISBN 978-85-92647-97-1  
  
1. Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do  
conhecimento. I. Oliveira, Ivana Esteves Passos de.  
II. Guisso, Luana Frigulha.

CDD – 370

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956

*Conselho Editorial*

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

# Apresentação

A concretização do imaginado, consubstanciado em métodos analíticos do pesquisador. Eis que se delineia a quinta edição do e-book *Diálogos Interdisciplinares – teoria e prática em educação, ciência e tecnologia*, um compilado de artigos produzidos pelos alunos e seus orientadores no curso de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC).

Em mais essa edição podemos evidenciar a emancipação de mestrands, por meio da relação docente-discente, o professor, investido como orientador e revestido da missão de educador e emancipador do sujeito em interlocução. Uma relação prenunciada em Paulo Freire, como de construção e expansão mútua, constituído em uma espécie de “poder envolvente”.

A edição de número 5 traz como conteúdo pesquisas que abarcam a educação infantil e suas estratégias lúdicas, a importância do acompanhamento do pedagogo no ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas da educação quilombola, jogos pedagógicos, entre outras pesquisas que nos levam a refletir sobre nosso meio e também sobre o nosso cotidiano.

Cada um dos artigos evidencia a inquietação e a preocupação dos alunos e professores em promover debates a partir da realidade educacional, em vertentes e ambientes diversos. Com um percurso metodológico e uma revisão teórica singulares, discentes e docentes manejam o conhecimento para adentrar de maneira peculiar e singular o empreendimento de pesquisar o campo de estudo, tecendo, um caminho próprio de argumentação no processo de intervenção nas realidades escolhidas como contexto de estudo.

Em cada locus está o convite ao olhar ímpar de cada pesquisador, como no perscrutar das estratégias lúdicas em processos de ensino e aprendizagem, na habilidade de ensinar e aprender em um centro de Educação Infantil, na busca de marcas de cidadania e inclusão de estudantes com Síndrome de Down, nas práticas pedagógicas em uma comunidade Quilombola em que se analisou particularidades multiculturais, na aplicação do uso de jogos pedagógicos e seus benefícios para o letramento.

Ou ainda, procurando marcas autoridade para conter a indisciplina na escola. Ou no uso de metodologias ativas em sala de aula, no ensino de frações,

em práticas pedagógicas direcionadas ao EJA, nos hábitos alimentares no ambiente escolar, e, até mesmo, nas questões de estudos climáticos, em pesquisas sobre esportes; como o vôlei como prática esportiva, mediante a aplicação de técnicas determinadas.

A diversidade de olhares se apresenta nesse e-book nas investigações e fundamentações teóricas, e na parceria entre educando e educador, traduzindo-se uma obra que nos faz refletir de forma abrangente. Desse modo, convidamos você a participar desta coletânea de artigos.

Um grande abraço,

***Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira***

# Sumário

ESTRATÉGIAS LÚDICAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA PESQUISA-AÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	10
Andressilda Graça Santos Benevides e Nilda da Silva Pereira	
A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PEDAGOGO NO ENSINO APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PRESIDENTE KENNEDY/ES .....	31
Angelita Alves Almeida e Luciana Moura	
ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	63
Brunela Lima Borges e Márcia Araújo de Araújo	
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CMEI BEM ME QUER: AVANÇOS E DESAFIOS .....	88
Cristina Pereira Baiense e Márcia Araújo de Araújo	
JOGOS PEDAGÓGICOS: UM ESTUDO SOBRE SEUS BENEFÍCIOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	100
Dalvina Costa Fontana e Sônia Maria da Costa Barreto	
INDISCIPLINA ESCOLAR: O QUE PENSAM OS PROFESSORES DO 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES .....	116
Delcenir Porto Costalonga e Luana Frigulha Guisso	

APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL 1 DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS JIBOIA E ORCI BATALHA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES .....	137
Katia de Souza Merence	
FATO OU FAKE – COMO LIDAR COM AS FAKE NEWS EM SALA DE AULA .....	155
Kêmeron Chagas dos Reis Almeida e Pablo Ornelas Rosa	
QUALIDADE NUTRICIONAL E ACEITABILIDADE DA MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO .....	185
Lívia França Costa e Luciana Barbosa Firmes Marinato	
O PLANEJAMENTO ESCOLAR PARA O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA SALA DE AULA .....	204
Marcela de Orequio Fernandes Machado e Sara Dousseau Arantes	
ENSINO HÍBRIDO: UM ESTUDO QUANTITATIVO SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA 2002-2021 .....	225
Marcelo Silva Bolzan e Anilton Salles Garcia	
O ENSINO DE FRAÇÕES PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES – 6º ANO .....	238
Neila Alves Moreira dos Santos e André Luis Lima Nogueira	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS DA EMEF “BOM SUCESSO” MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES .....	251
Rita de Cássia Machado Gambarine e André Luis Lima Nogueira	



ESTRATÉGIAS DE LEITURA COMO RECURSO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DENTRO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO .....	271
Silvana Aparecida Faria Santos e Luciana Teles Moura	
A IMPORTÂNCIA DOS BONS HÁBITOS ALIMENTARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ....	290
Vilma Alves Ramos Talyuli e Daniel Rodrigues da Silva	
APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DO VÔLEI DE PRAIA NO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES-ES – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA CLIMÁTICA .....	310
Weverton Santos de Oliveira e José Roberto Gonçalves de Abreu	
OS AUTORES .....	327

# ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Brunela Lima Borges*  
*Márcia Araújo de Araújo*

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Síndrome de Down no meio educacional apresenta-se como necessidade real dos tempos atuais. Buscando cobrir a lacuna que se deu no século passado, onde a pessoa com deficiência era excluída dos meios sociais, algumas correntes se desenvolveram e fortaleceram a ideia de uma educação de qualidade para essa população.

O tema inclusão tem recorrente discussão entre os educadores, pois há muita controvérsia sobre o assunto. Embora alguns especialistas apoiem totalmente a inclusão de todos os estudantes, independentemente da deficiência, alguns especialistas acham que algumas lacunas são a favor da inclusão em relação a outros. Alguns especialistas discordam, portanto, o segundo grupo defende a colocação dessas crianças em instalações especiais ou a existência de turmas específicas para todos os alunos com necessidade de educação especial. Importante destacar que o conhecimento sobre as políticas que asseguram a inclusão destes, precisa ser legitimada e conhecida pelos educadores /as em todo país, para não retrocedermos e voltarmos para um passado excludente.

A Síndrome de Down é um distúrbio hereditário que pode ser diagnosticado clinicamente pelas características físicas (fenotípicas)<sup>1</sup> da criança na primeira

---

*1 O fenótipo são as características observáveis ou caracteres de um organismo ou população, como: morfologia, desenvolvimento, propriedades bioquímicas ou fisiológicas e comportamento.*

hora de vida e então confirmado por análise citogenética<sup>2</sup> do tecido transformado. Vários problemas de saúde, como doenças cardíacas, infecções respiratórias, leucemia e distúrbios da tireoide, são comuns em pessoas com Síndrome de Down.

Muitos pais não entendem como a ausência dos sinais de doença pode ser suficiente para diagnosticar clinicamente seu filho como uma criança atípica<sup>3</sup> com Síndrome de Down. Não há cura, não é uma doença e sim, uma anomalia genética. Estudos nesse sentido têm sido realizados em todo o mundo, melhorando consideravelmente a qualidade de vida dessas pessoas. A expectativa de vida da pessoa com Síndrome de Down aumentou e muito, de 12 anos na década de 1940 para 60 anos nos tempos atuais (TRENTIN e SANTOS, 2013).

Os padrões de exclusão datam de milhares de anos na história humana. Já no século XX, o surgimento de escolas profissionais e centros de adaptação e recuperação justificou a exclusão e alienou aqueles que se acreditavam diferentes da vida social. Até o final da década de 1960, surgiram movimentos envolvendo pessoas com deficiência na educação, esporte e entretenimento, tentando modificar o conceito de segmentação.

De acordo com Beyer (2005), a escola historicamente tem sido um lugar de segregação para alunos com deficiência, porém a inclusão desses alunos no ambiente escolar já surte um grande efeito. Antes, não existia espaço escolar para crianças com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, o advento das escolas especiais tem proporcionado às crianças carentes de educação especial um lugar legítimo nas escolas, mesmo quando isoladas das demais crianças. Isso tem permitido que muitas crianças saiam do confinamento de suas casas, proporcionando assim mais oportunidades de conexão social.

Inicialmente, as pessoas com deficiência foram inseridas em diferentes estratos da sociedade do ponto de vista da inclusão a partir da reabilitação para que

---

<sup>2</sup> Citogenética é um ramo da genética que estuda a estrutura e função da célula, especialmente os cromossomos.

<sup>3</sup> Termo atualizado em 2021 para determinar pessoas com PCD (Pessoas com deficiência) ou autismo.

as pessoas com deficiência pudessem participar da sociedade. Nesse sentido, os indivíduos devem estar preparados para se adaptar às interações sociais gerais. Devido a experiências de inclusão inadequadas e discriminação contínua, surgiu o movimento de inclusão na década de 1980, liderado por intelectuais, organizações de deficientes e defensores (SAAD, 2003).

No Brasil, o movimento também teve o seu início por volta dos anos 90, sendo amparado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, as quais estabelecem que a educação é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino, que deverá garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Embora a legislação ampare a concepção inclusiva da educação, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010, p.3).

O maior desafio, enfatizado por Saad (2003), é que as escolas que tomaram decisões legítimas para aceitar alunos com necessidade de educação especial não estão preparadas em termos de recursos humanos e infraestrutura. Em geral, os professores não conseguem lidar com a diferença. Eles podem entrar em pânico por causa dos alunos com necessidades educacionais especiais e podem apoiá-los enquanto permanecerem nas aulas como um simples apoio, ou se reinventar com possibilidades práticas para incluir esse estudante. Portanto, Voivodic (2007), menciona a importância de se tomar medidas de apoio e conciliação para tornar a inclusão efetiva. Além disso, ao mesmo tempo que enfrenta a obrigação da escola de acolher alunos anteriormente confiados a classes e escolas especiais, enfrenta uma carência de professores em preparação e formação para lidar com as inclusões. Nesse sentido, trabalhar com os professores é fundamental para podermos falar efetivamente sobre a educação inclusiva.

Os resultados de um estudo realizado por Voivodic (2007), sobre a colocação de alunos com síndrome de Down em escolas regulares mostraram que as escolas tiveram dificuldades em implementar o processo de inclusão e ficaram

bastante confusas sobre o assunto. A proposta de inclusão das escolas ainda é frágil e receber crianças com deficiência sem um apoio externo adequado parece revelar ainda mais a sua vulnerabilidade.

Diante da realidade da pesquisa apresentada, levantamos a seguinte questão norteadora: *Quais as dificuldades encontradas por discentes e professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome de Down?*

A partir de então, elaboramos o objetivo geral que é analisar quais as dificuldades encontradas por discentes, docentes dos alunos com síndrome de Down no ambiente escolar e quais os principais desafios no processo de ensino e aprendizagem desse público.

Subjacente a essa questão maior, nos aproximamos das descrições por menorizadas para dar mais legitimidade à pesquisa educacional. Desta forma, descrevemos como objetivos específicos: Identificar quais as principais dificuldades para a inclusão dos alunos com síndrome de Down; Elaborar um estudo de campo para produzir dados que colaborem na elaboração de um produto de intervenção que vise implantar novas estratégias no processo de ensino e aprendizagem do aluno com síndrome de Down e por fim, produzir um jogo de trilhas para auxiliar na inclusão educacional de alunos e alunas com síndrome de Down, pois trata-se de um mestrado profissional.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Tomando por base definições mais recentes, a síndrome de Down é caracterizada por Luiz, Bortori, Nascimento e Flória Santos (2008), por seus aspectos fenotípicos que podem ser apresentados por grande parte dos portadores desta síndrome. São listadas características como a hipotonia, excesso de pele na nuca, cardiopatia congênita, mãos achatadas e largas, olhos distantes um do outro, etc. Porém, os autores enfatizam que nem todas as pessoas com síndrome de Down apresentam todas elas e que a única presente em todos os casos é o retardo mental.

Paiva, Melo e Frank (2018) parecem adotar a mesma perspectiva de Langdom Down. Afirmam que “a Síndrome de Down é uma desordem genética no cromossomo 21, que causa algumas características marcantes e comuns a todos os portadores da síndrome, como, por exemplo, retardo mental, boca pequena, olhos puxados, cabeça arredondada, entre outras”. Do mesmo modo, Saad (2003) afirma categoricamente a existência da deficiência mental nos portadores de síndrome de Down, ao dizer: “Este estudo investiga a trajetória de dez jovens com síndrome de Down e, portanto, com deficiência mental, de uma Escola Especial na Cidade de São Paulo”, não deixando dúvidas quanto à sua opinião sobre a relação direta entre deficiência mental e síndrome do Down.

Façanha e Fahd (2015/2016) abordam que Vigotski possuía uma ideia diferente do que foi estabelecido pelos clínicos de sua época, sendo uma visão quantitativa sobre o que era a deficiência. Sua abordagem, de natureza qualitativa, retrata os impactos da deficiência no desenvolvimento, na totalidade da personalidade e na relação do indivíduo com o meio social, com o objetivo de identificar as possibilidades de realização dessas pessoas. De acordo com a citação abaixo, podemos aprender que:

É possível reconhecer condições não somente orgânicas, mas também sociais na determinação do processo de desenvolvimento cultural, ultrapassando uma perspectiva organicista a respeito desse processo. Para Vigotski (1997, p.196), a educação de uma criança com alguma especificidade deve ser diferente da educação de uma criança normal. Todo o aparato da cultura humana, tomando como perspectiva a forma externa de seu comportamento, é baseado na organização psicofisiológica do indivíduo comum. A cultura existente pressupõe que o indivíduo tenha determinados órgãos (boca, mãos, olhos e ouvidos), além de certas funções cerebrais para que suas tarefas cotidianas sejam realizadas. Os instrumentos existentes, as técnicas, sinais e símbolos são feitos para esse determinado tipo de pessoa.

Na pessoa que apresenta algum problema no seu aparato fisiológico, aparece uma tendência a compensar suas funções deficitárias por meio do desenvolvimento de outras habilidades e capacidades diferentes:

Qualquer **especificidade**<sup>4</sup>, isto é, qualquer insuficiência corporal, conduz o organismo diante da tarefa de superá-lo, de completar a insuficiência, de compensar o dano que causa. Dessa forma, a influência do defeito é sempre dupla e contraditória: por um lado, enfraquece o organismo, quebra sua atividade, constitui um fator negativo; por outro lado, precisamente porque dificulta e perturba a atividade do organismo, serve de estímulo para maior desenvolvimento de outras funções, impulsiona e estimula o organismo a uma atividade acentuada que possa compensar a insuficiência e superar as dificuldades. (VIGOSTKI, 1997, p. 197)

No entanto, “é necessário valorizar e entender o problema da deficiência infantil como um problema social, pois seu momento social, antes não observado e comumente considerado como secundário, é, na realidade, fundamental e prioritário” (Vigotski, 1997, p.74). A criança não percebe, diretamente, a sua deficiência. Isso acontece apenas indiretamente pelo impacto de seu defeito no ambiente social. À medida que interage e apreende os significados estabelecidos culturalmente, criam-se conflitos internos que lhe trarão a percepção de ausência, falha ou incompletude (FAÇANHA, FAHD, 2016).

Silva (2015), diz que, pelo fato de a anormalidade biológica ser um obstáculo que dificulta o desenvolvimento, alterando o equilíbrio do psiquismo, temos a tendência para uma compensação dessa insuficiência. A força dessa compensação impulsionará a criança a utilizar-se de meios auxiliares. Será feita a compensação de uma limitação orgânica por meio do desenvolvimento cultu-

---

*4 O autor cita a palavra defeito, que nos remete a questão da educação mercadológica e que serve às corporações mundiais capitalistas. Essa pesquisa tem uma perspectiva humanizadora, que defende a importância da educação das crianças atípicas, portadoras de uma síndrome, com objetivos intencionais de educar esse sujeito para o mundo.*

ral de vias colaterais que oferecem possibilidades completamente novas para o desenvolvimento da criança deficiente. “O desenvolvimento cultural é a esfera mais importante da qual é possível compensar a insuficiência. Ali onde o desenvolvimento orgânico resulta impossível, existem infinitas possibilidades para o desenvolvimento cultural” (Vigotski, 1997, p. 313).

Ainda de acordo com Silva (2015), para Vigotski, a educação de crianças com deficiências diversas deve estar baseada no fato de que a deficiência em si possui tendências psicológicas de orientação opostas ao desenvolvimento normal, em que estão dadas as possibilidades compensatórias para que sejam superados os obstáculos impostos pela deficiência. Há, na literatura atual, sinais de início de uma nova perspectiva em relação ao tratamento do indivíduo com síndrome de Down. Essa perspectiva diz respeito a estudos relacionados ao desenvolvimento desassociado da ideia inicialmente construída de que a síndrome de Down tem relação direta com a deficiência mental.

## **2.1. A educação inclusiva**

A inclusão educacional precisa atender as peculiaridades do aluno, e a escola necessita ficar atenta a cada uma delas, pois incluir, no contexto escolar é “[...] melhorar a qualidade de ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula” (MANTOAN, 2003, p. 25).

O professor/ a professora, como peça fundamental dessa realidade, precisa ressignificar sua prática, ampliando parâmetros pedagógicos. É necessário que o docente conheça a família de seu aluno, suas condições sociais, econômicas e culturais como também o seu próprio aluno, suas necessidades e dificuldades educativas. Junto a isso, deve estar em constante aperfeiçoamento profissional, tendo um imenso prazer na sua escolha de trabalho. O docente deve dar uma atenção individualizada para o aluno PNEE (Portador de Necessidades Especiais Educacionais), sem esquecer-se dos demais. Assim, a criação de diferentes situações para que todos possam participar e relacionarem-se é muito importante.



Segundo Loureiro e Santos (2002, p. 16):

[...] a Educação Inclusiva dar-se-á através de mecanismos que irá atender a diversidade, como, por exemplo, proposta curricular adaptadas, a partir daquelas adotadas pela educação comum. O atendimento dos educandos portadores de necessidades educativas especiais incluídas em classes comuns, exige serviços de apoio integrado por docentes e técnicos qualificados e uma escola aberta à diversidade.

A educação de pessoas chamadas “especiais” passou a ter respaldo legal com a implantação da lei 4.024 (20 de dezembro de 1961), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trouxe em seus artigos 2º e 3º, do título II, afirmações de que a “educação é direito de todos”. Essa lei traz em seus artigos 88 e 89, do título X, referente à Educação de excepcionais que “(...) a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.”

Outro dispositivo legal que promoveu ainda mais a educação dos portadores de necessidades especiais foi a Declaração de Salamanca em 1994. Nesse evento, representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais reuniram-se para discutir a necessidade de se ter com uma educação que contemplasse todas as pessoas. Durante as discussões, foram analisadas as mudanças principais de política que seriam necessárias para favorecimento de educação integradora. Outro foco da discussão foi a importância de se capacitar as escolas para o atendimento às crianças sem exceções. A Declaração de Salamanca foi um acontecimento que marcou mundialmente a luta pela inclusão educacional de portadores de necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca foi uma oportunidade de se pensar e refletir sobre a necessidade de uma educação democrática, que tem o aspecto de incluir todas as pessoas, inclusive as portadoras de necessidades educativas especiais. Os participantes da Declaração de Salamanca entenderam que escolas regulares vol-

tadas a educação inclusiva são uma ferramenta de combate à discriminação e o cenário ideal para que haja o aparecimento e desenvolvimento de comunidades integradas. A escola, nesse caso, seria a base de construção de uma sociedade inclusiva e a concretização de uma educação igualitária e democrática. Os referenciais mais importantes discutidos na Declaração de Salamanca são:

Cada criança tem direito básico à Educação; 2- cada criança tem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem singulares; 3- os serviços educacionais têm que levar em conta as características e necessidades diversas das crianças no acesso às escolas comuns; 4- as escolas regulares com um 'ethos' (forma de atuação) orientado para a educação inclusiva são um dos meios mais efetivos no combate a atitudes discriminatórias e na efetiva implantação de comunidades para a aceitação e integração das crianças na escola (BRASIL, 2001, p.17).

Em termos de Brasil o Decreto nº. 3.298, promulgado em de 20 de dezembro de 1999, trouxe disposições relacionadas à Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, “[...] em seu inciso II, adverte que a educação especial como modalidade de educação escolar faz parte do sistema educacional e permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino” (MOREIRA; MICHELS; COLOSSI, 2006, p. 5).

O estudo dessa síndrome foi realizado, minuciosamente, no ano de 1866, mas, historicamente, não se tem relatos científicos comprovados por meio de documentos que possam especificar desde que época já havia portadores dessa má formação congênita. Nesse sentido, há apenas, mas não existe documentação científica sobre o assunto. Isso se deve ao fato de que, até pouco antes do século XIX, havia um número reduzido de profissionais com interesse em problemas ligados à deficiência mental, incluindo a síndrome de Down.

Segundo relata Werneck (1993, p. 58): “A história oficial da síndrome de Down no mundo começa no século XIX. Até então, os deficientes mentais eram

vistos como um único grupo homogêneo”. O cognitivo do aluno com necessidades especiais pode se desenvolver melhor através da socialização com outras crianças sem SD. Vygotsky (1987), em seus estudos, descobriu que a socialização é essencial para o desenvolvimento cognitivo. A interação da criança com SD com crianças que não possuem a SD é essencial para qualquer pessoa, logo, isso incluir as pessoas com síndrome chamada de Down.

Inserir uma criança com síndrome de Down no ensino regular é dar-lhe as mesmas oportunidades que as outras crianças possuem de desenvolver as áreas cognitiva e socioafetiva. A inclusão de crianças com SD requer que professores e escola não olhem para a síndrome ou para a deficiência, mas, sim, que haja uma pedagogia baseada, nas habilidades da pessoa. Como explica Cavalcante (2000, apud REGINATO, 2005, p. 25), a escola inclusiva que trabalha com alunos com SD necessita de uma pedagogia:

[...] centrada na criança, baseada em suas habilidades e não em suas deficiências e que incorpore conceitos como interdisciplinariedade, individualização, colaboração e conscientização/sensibilização, podem facilitar a inserção dos alunos chamados 'especiais' na escola, fazendo desta uma experiência positiva para todos.

A relevância principal de incluir, no contexto educacional, pessoas com síndrome de Down está no valor social que existe nessa ação. Através da inclusão, a criança com SD passa a se sentir parte do grupo e com as mesmas condições de aprendizagem, respeitando sempre o ritmo dela. Facilitar a inclusão é um processo que requer criatividade, elevação da autoestima do professor e dos alunos, em geral, a necessidade e o desejo de mudar para incluir e o redimensionamento da prática e métodos pedagógicos.

Recentemente, a tentativa de se fazer uma “política de exclusão” ocorreu, considerada como a nova política de educação especial (PNEE) , sancionada em 2020, pelo então governante da nação, pelo decreto 10.502. A medida na prática, tira a obrigatoriedade da escola comum em realizar a matrícula de estudantes

com deficiência e permite a volta do ensino regular em escolas especializadas, o que é visto por entidades como um retrocesso à educação inclusiva no país, além de violar a constituição e segregar alguns estudantes.

## **4. RESULTADO E DISCUSSÃO**

A pesquisa foi realizada na escola Vilmo Ornelas Sarlo, que está localizada no Município de Presidente Kennedy, litoral sul do estado do Espírito Santo, com um aluno da educação infantil, que possui Síndrome de Down. Houve uma pesquisa com os professores que trabalham com o estudante. Foram selecionados 4 docentes para responderem um questionário de perguntas abertas. Dos 4 professores selecionados, 3 responderam às perguntas do questionário, permitindo uma análise bem próxima da objetivada no início da pesquisa. A pesquisa gira em torno de apontar a importância da inclusão educacional do aluno com Síndrome de Down no município do pesquisado, expondo a realidade do ambiente educacional que este aluno se encontra e descrevendo as questões mais importantes a serem observadas à fim de garantir um progresso nas políticas educacionais para estudantes que carecem de atenção por serem portadores de necessidades especiais ou serem atípicos.

### **4.1. entrevista com os professores**

Buscando facilitar a leitura dos dados e melhor apresentar os resultados da pesquisa, utilizou-se o sistema de tabelas, onde serão apresentadas as perguntas e as respostas dos docentes.

De forma a resguardar a identidade dos professores pesquisados, a identificação dos mesmos será de caráter alfabético, utilizando as letras A, B e C para identificá-los.

Tabela 1 - Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Professor	Resposta
A	Há cerca de 11 meses.
B	1 ano
C	5 meses

Percebe-se que todos os pesquisados trabalham há pouco tempo na instituição, principalmente se considerarmos o alto índice de profissionais de carreira que existem no magistério. A questão revela, ainda, a oxigenação do corpo docente da instituição, o que pode ser uma abertura de portas para novos profissionais. Isso pode evidenciar a aproximação de jovens educadores, que receberam instruções mais atualizadas e mais condizentes com a necessidade atual do aluno.

É importante ressaltar que a educação especial é uma ciência nova, principalmente se formos comparar com as políticas educacionais trabalhadas na história recente. Historicamente, a pessoa com deficiência era tratada com desprezo, sendo despejadas em manicômios e sem receber o tratamento adequado. Políticas educacionais inclusivas são questões abordadas nos últimos 30 anos, e possuem uma incidência maior nos tempos atuais (PIMENTEL, 2012).

Tabela 2 - Você conhece algo sobre a Síndrome de Down?

Professor	Resposta
A	Sim. Que a Síndrome de Down é constituída por variantes de cromossomos...
B	A Síndrome de Down é constituída por variantes de cromossomos e a criança pode ter vários problemas de saúde.
C	Sim, conheço. A Síndrome de Down é constituída por variantes de cromossomos e a criança pode ter vários problemas de saúde.

A questão evidenciou um conhecimento científico dos educadores acerca da Síndrome de Down. Esse conhecimento é de relevante importância em variadas situações, como por exemplo, quando a questão é levantada na sala de aula por alunos que não conhecem o transtorno, e se tratando da educação infantil, há

que se considerar a curiosidade e trabalhar da maneira mais clara de acordo com a capacidade do aluno em compreender.

Importa lembrar que a pessoa com Síndrome de Down possui todos os sentidos, ela pode escutar, sentir, observar, como qualquer outra pessoa. O conhecimento científico em situações de dúvida, principalmente quando a pessoa com Síndrome de Down está incluída no convívio social, pode ser imprescindível para evitar constrangimentos. O educador que possui alunos com Síndrome de Down estará sempre convidado a conhecer um pouco mais sobre esta condição genética cromossômica (LOUREIRO, SANTOS, 2002).

Tabela 3 - Você vê a escola formulando práticas e caminhos que facilitem e otimizem a absorção de conteúdos para o aluno com Síndrome de Down nas aulas? Como? Quais ações?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	Sim. A escola conta com a sala de recursos multifuncionais, visando identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, além de fornecer atendimento individualizado aos alunos com Síndrome de Down.
B	Sim. Atendimento especializado na sala de recursos e situações de aprendizagem diferentes.
C	Sim. Vejo a escola com seus professores oferecendo atividades que são aplicadas ao aluno na sala de aula, não havendo exclusão.

Quando questionados se veem a escola formulando práticas e caminhos que facilitem e otimizem a absorção de conteúdos para o aluno com Síndrome de Down nas aulas, ambos responderam que sim. O resultado é muito satisfatório, principalmente quando relacionado com o objetivo da pesquisa, que é evidenciar a importância da inclusão do estudante com Síndrome de Down no ambiente escolar.

Os docentes ainda foram indagados sobre quais práticas e caminhos foram adotadas pela escola do pesquisado, dois apontaram a sala de recursos multifuncionais que é um programa que busca apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou

suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

De acordo com o Ministério da Educação, o programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE (BRASIL, 2019).

A resposta do professor C chamou bastante atenção, principalmente quando fala da inclusão do aluno. Segundo Vygotsky (2000), as interações sociais auxiliam no desenvolvimento humano e sua participação sociocultural faz com que o ser humano se transforme e, por meio dessa interação, contribuem para uma construção significativa para o indivíduo.

Tabela 4 - Você percebe os diferentes ritmos de aprendizagem na sala de aula?  
A que você atribui esse fato?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	Os diferentes ritmos de aprendizagem são próprios de toda sala de aula, todos os alunos apresentam realidades socioculturais, assim sendo o ambiente onde os mesmos vivem, é de suma importância e influência muita na aprendizagem escolar, no seu desenvolvimento, pois a maneira como a família e a comunidade se relaciona com o aluno, influencia na aprendizagem dele.
B	Sim. Com metodologias diversas.
C	Sim, percebo. Cada aluno tem o seu ritmo de aprendizagem, mas toda a orientação pedagógica para atividades específicas serem aplicadas, são dadas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Ambos os docentes percebem os diferentes ritmos de aprendizagem na sala de aula, muito disso se deve a individualidade humana, os diferentes meios formadores e as diferentes realidades que vivem os alunos. O professor A por exemplo cita uma questão trazida por Vygotsky (1997), acerca da interação do

aluno com a sociedade que está ao seu redor, a formação constante se dá através do relacionamento com a comunidade e com a sociedade, e toda influência no processo de formação do indivíduo será levada em conta.

Questões referentes aos níveis de aprendizagem perpassam muito pelas condições do estudante em absorver o conhecimento em questão, mas principalmente às metodologias aplicadas em sala. A democratização do ensino requer um programa voltado para as necessidades de cada aluno, o que aparentemente acontece de maneira mais adequada com o sujeito com Síndrome de Down, que possui um regente preparado para lidar com suas dificuldades, mas infelizmente não acontece com os demais alunos, que mesmo possuindo limitações inferiores, acabam prejudicados pela ausência de flexibilidade dos planos educacionais.

Tabela 5 - Como você vê a criança com Síndrome de Down no seu processo de aprendizagem?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	Creio que seja possível vê-los a partir das potências apresentadas.
B	A criança com Síndrome de Down tem suas limitações, mas respeito e valorizo o seu tempo de aprendizagem.
C	O aluno é tranquilo e gosta de interagir nas suas atividades.

Na Pergunta de número 5 (cinco) os docentes foram questionados como veem o aluno pesquisado no seu processo de ensino-aprendizagem. As respostas dos professores A e B apontam o encontro de dificuldades nesse processo, entretanto não se trata de um empecilho total, alegando que o aluno possui um avanço e consegue absorver no seu tempo o conhecimento trabalhado nas atividades.

As limitações são comuns entre os alunos com Síndrome de Down, entretanto é possível encontrar dificuldades de aprendizagem em todos os estudantes, resguardadas as individualidades de cada um. A condição do pesquisado é mais um ponto de limitação, dentre os inúmeros encontrados nos demais componentes da turma. Um fator que evidencia essa dificuldade são as recentes políticas educacionais para pessoa com deficiência, o que as tornam menos desenvolvidas que as outras.



As crianças com Síndrome de Down costumam apresentar déficits de linguagem que dificultam a alfabetização. A aprendizagem de leitura pelo método fônico (som da letra) pode não ser o mais indicado. Ao mesmo tempo, elas costumam ter boa memória visual (CAVALCANTE, 2000).

A resposta do professor C expõe o desejo do aluno em aprender, e esse desejo é a base para o desenvolvimento das políticas de inclusão, já que se trata de um ser humano com desejos e aspirações, e passível de inclusão educacional.

Tabela 6 - Na sua opinião, de que forma os educadores podem contribuir com práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	Os professores podem contribuir na forma de entendimento da criança, na intervenção nas relações com os colegas.
B	Com metodologias diversificadas.
C	Sempre se preparando profissionalmente para oferecer o melhor do ensino e aprendizagem ao aluno.

A questão de número 6 (seis) abordou a opinião dos educadores acerca da contribuição do docente no processo de ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down. É evidente que os questionados abordam a formação como meio de se obter maior êxito nesse processo, já que são práticas extremamente novas, uma ciência muito instável devido as recentes pesquisas e experiências publicadas através de estudos e pesquisas no campo físico.

O pesquisado A aborda a interação do aluno com os outros colegas, a relação com o ambiente que o abriga nesse processo. É de extrema importância relatar que o aprendizado está em todo canto, independente do que se ensina, atos que podem passar despercebidos por alguns colaboram com o processo de conhecimento de outros, garantir o convívio social do aluno com Síndrome de Down é uma forma de prepara-lo para a vida em sociedade.

Por muito se cultuou a ideia do isolamento, já que é uma prática cultural antiga o isolamento de tudo aquilo que é diferente e desconhecido, ainda se tratando da nossa cultura. Entretanto, já é possível observar que a pessoa com Síndrome de Down não é inválida e desprovida de anseios sociais, mas passível de preparo para a vida em sociedade e provida de dotes para se absorver o conhecimento que a ela é direcionado. Os empecilhos são apenas dificuldades como as que todas as outras pessoas possuem.

Tabela 7 - No quesito da inclusão escolar, qual a sua opinião?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	A inclusão escolar é importantíssima para a construção de uma sociedade mais justa, livre e igualitária, para a construção de novos e diversos saberes, para o respeito ao outro.
B	A inclusão escolar é presente e ganha força a cada dia.
C	Na minha opinião, a inclusão é bem-vinda, para assim o aluno se interagir sem exclusão.

A questão de número 7 aborda a opinião dos docentes acerca da inclusão escolar do aluno. Dentre os professores pesquisados é possível identificar uma unanimidade acerca da importância da inclusão, que por muito foi motivo de debates na sociedade e um tabu a ser quebrado ao longo dos anos.

Foi muito comum, ainda no século atual, perceber o tratamento diferenciado como única forma de alfabetizar o aluno com Síndrome de Down. As políticas de inclusão na sala de aula comum são recentes e encontraram barreiras. A falta de conhecimento acerca da importância de se trabalhar a educação da pessoa com deficiência no mesmo ambiente que se trabalha a educação da pessoa que não possui deficiência, levou alunos a não frequentarem o ambiente escolar ou a serem educados de maneira isolada, tendo seu convívio em sociedade castrado.

As justificativas para tal se davam em decorrência da tentativa de poupar o aluno com deficiência dos constrangimentos, o que na verdade acabou

aumentando a exclusão da vida em sociedade e posteriormente, em situações de convívio, gerou um constrangimento ainda maior, tornando essas pessoas incapazes de sobreviver nos meios sociais sem depender dos seus familiares.

Tabela 8 - Você acredita que a família pode interferir no processo de ensino e aprendizagem do aluno com Síndrome de Down? Como?

<b>Professor</b>	<b>Resposta</b>
A	A família tem papel fundamental. Na relação com a escola.
B	A família tem papel fundamental no processo ensino-aprendizagem com estímulos, apoio e contribuições variadas.
C	Acredito que a família pode ajudar em conjunto com a escola para o desenvolvimento do aluno.

A penúltima questão abordou a influência da família no processo de ensino-aprendizagem do aluno com Síndrome de Down e como a mesma pode atuar nesse sentido. As respostas demonstram que, na opinião dos pesquisados, a família é indispensável na execução desse processo, principalmente quando ela age em contribuição com a escola e apoia as práticas educacionais voltadas ao aluno com Síndrome de Down.

O papel da família, principalmente se tratando da educação especial, é um dos mais importantes, já que em um passado recente a grande maioria das famílias preferia isolar a pessoa com deficiência em casa. Essa prática ainda é comum, principalmente em regiões interioranas, onde o esclarecimento ainda não chega da maneira devida.

Historicamente, a ideia de pessoa com deficiência foi atrelada a ideia de pessoa inválida, sem finalidade ou não dotada de convívio social. Esse conceito foi extraído do conceito econômico, já que a sociedade histórica se pautou muito na capacidade que o ser humano possui de produzir, e a pessoa com deficiência com suas inúmeras individualidades e dificuldades frente as práticas educacionais padronizadas da época, não conseguia absorver como a maioria das pessoas o que lhe era ofertado.

Segundo Hollerweger e Catarina (2014), ainda hoje, sob um sistema capitalista, a produção é exigida igualmente para todos. Os indivíduos e aqueles que não atendem às expectativas dos proprietários de produção são vistos como desviantes e as pessoas com deficiência estão incluídas nesta categoria. Esses valores levam a segregação de pessoas com deficiência. Estes, por sua vez, são considerados incapazes e fracos porque não se enquadram nos padrões de produção do sistema atual.

Tabela 9 - Qual sua maior dificuldade para lidar com as características da Síndrome de Down?

Professor	Resposta
A	No início do trabalho, apresentei dificuldade em relação ao processo comunicacional, visto que a criança atendida não verbaliza. Precisei no caminho construir formas para uma comunicação mais efetiva.
B	A minha maior dificuldade é com a oralidade, as vezes não entendo.
C	Não vejo a Síndrome de Down como dificuldade, mas observo muito o aluno e as suas necessidades gerais, respeitando o espaço dele, e com cautela entrando no espaço do mesmo, para não afastar ou o constranger em seu desenvolvimento.

Quando os docentes foram indagados acerca das dificuldades que possuem para lidar com as características da Síndrome de Down, dois dos professores pesquisados trataram a questão da comunicação como empecilho, já que a dificuldade em verbalizar é uma característica da pessoa com Síndrome de Down devido a sua comum perda auditiva.

Para Kumin (2017), crianças com síndrome de Down podem ter um dos dois tipos mais comuns de perda auditiva ou uma combinação dos dois: Perda auditiva condutiva. Ocorre quando algo impede que o som seja captado no ouvido externo e no ouvido médio, de modo que não possa ser bem transferido para o ouvido interno. Na maioria dos casos, o som é bloqueado por fluido no ouvido médio que pode ter se acumulado como resultado de infecção, alergia ou trompa de Eustáquio incorreta (a estrutura se assemelha anatomicamente ao tubo que conecta o ouvido médio à parte posterior do nariz).

Há também a perda auditiva flutuante, essa variável perda auditiva também influencia o desenvolvimento dos sons da fala, bem como o desenvolvimento das terminações das palavras e da gramática. Se o seu bebê não consegue ouvir todos os sons com clareza, você tem dificuldade em compreendê-los. Se você não consegue ouvir todos os sons que compõem uma palavra, demorará muito para aprender a incluir todos os sons da palavra ao pronunciar-la. Muitas vezes, os sons finais das palavras (como terminações verbais e plural) são pronunciados com mais fluência. Portanto, muitas vezes as crianças com síndrome de Down pulam a pronúncia desses sons finais, o que está relacionado à perda auditiva. Na escola, se uma criança não escuta e responde bem às instruções do professor, o professor pensa que ela tem um problema de comportamento ou não é obediente, portanto, esteja ciente de que a perda auditiva pode ser um fator que dificulta a compreensão (KUMIN, 2017).

Já o professor C alegou não possuir dificuldades com as características da Síndrome de Down, talvez por ter sensibilidade e conhecimento suficiente para igualar as dificuldades encontrados em alunos que não possuem a Síndrome de Down com as dificuldades do aluno que possui.

Postos os dados colhidos do corpo docente que possui contato com o aluno pesquisado, é possível perceber que ambos compreendem a condição genética do aluno, compreendem a importância do trabalho, mas muitas das vezes não conseguem alcançar os objetivos devido a carência de políticas de formação.

É importante retirar a informação dessas respostas para compreender como acontece a educação da criança com Síndrome de Down no Município de Presidente Kennedy, que apesar de encontrar algumas limitações, ainda está a passos largos em comparação com regiões que não conseguem atender essa demanda.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que todos os pesquisados trabalham há pouco tempo na instituição, principalmente se considerarmos o alto índice de profissionais de carreira que existem no magistério. A questão revela, ainda, a oxigenação do corpo do-

cente da instituição, o que pode ser uma abertura de portas para novos profissionais. Isso pode evidenciar a aproximação de jovens educadores, que receberam instruções mais atualizadas e mais condizentes com a necessidade atual do aluno.

Foi muito comum, ainda no século atual, perceber o tratamento diferenciado como única forma de alfabetizar o aluno com Síndrome de Down. As políticas de inclusão na sala de aula comum são recentes e encontraram barreiras. A falta de conhecimento acerca da importância de se trabalhar a educação da pessoa com deficiência no mesmo ambiente que se trabalha a educação da pessoa que não possui deficiência, levou alunos a não frequentarem o ambiente escolar ou a serem educados de maneira isolada, tendo seu convívio em sociedade castrado. As justificativas para tal se davam em decorrência da tentativa de poupar o aluno com deficiência dos constrangimentos, o que na verdade acabou aumentando a exclusão da vida em sociedade e posteriormente, em situações de convívio, gerou um constrangimento ainda maior, tornando essas pessoas incapazes de sobreviver nos meios sociais sem depender dos seus familiares.

Trata-se de um processo de democratização do ensino, já que abrange a individualidade do ser no processo educacional, avultando a necessidade de práticas correlatas para se alcançar a melhor qualidade do ensino. Cada ser possui inúmeras singularidades, e por isso precisa ser atendido da maneira que melhor absorve o conhecimento na proposta de formação humana.

A utilização do lúdico como forma de interação também é resultado das dificuldades auditivas que geralmente são características da pessoa com Síndrome de Down, pois a utilização de imagens, além de chamar a atenção do estudante, facilita no reconhecimento de objetos e auxilia nos inúmeros processos aplicados em sala de aula. Portanto, o aluno expressou nas respostas da pesquisa condicionantes que favorecem e desfavorecem seu processo de ensino-aprendizagem. Porém é possível notar a satisfação do mesmo em estar incluído no meio educacional. É fato que historicamente as pessoas com Síndrome de Down eram tratadas com extrema diferença, e já foram taxados em certos momentos da história como seres sem alma, entretanto os avanços das

políticas de inclusão e a formação de profissionais capazes de trabalhar essas questões, facilitou a alteração dessa realidade.

Ao produzir os dados dos professores que responderam o questionário, percebe-se que os mesmos consideram alunos com Síndrome de Down capazes de terem um ensino e aprendizagem aprimorado e de acordo com as limitações e singularidades educacionais de cada um, e que nos anos iniciais, o ensino das crianças é muito importante ser aplicado através do lúdico e do concreto.

É necessário que o governo dedique-se com recursos econômicos necessários para estabelecer a educação inclusiva da maneira precisa e correta, não se referindo somente ao meio educativo, mas também ao significado do ser incluído.

É um desafio trabalhar com as diferenças, mas se tem um ótimo resultado quando ocorre o aprimoramento e a dedicação.

O processo de ensino e aprendizagem é fazer com que a criança supere as suas dificuldades, pois todas as crianças tem necessidades especiais, não somente as que tem Síndrome de Down.

No decorrer da pesquisa muitas dificuldades foram encontradas, como por exemplo o fato do aluno não verbalizar e a dificuldade em compreender suas respostas. A falta de interesse de alguns profissionais em colaborar com a pesquisa também contou, e o número de pesquisados na área da docência ficou abaixo do esperado, porém trata-se de uma questão com inúmeras ramificações, e que pode ser superada com o apoio e incentivo a pesquisa. Dentro dos objetivos desta dissertação foram expostas inúmeras propostas para se aferir os principais desafios e dificuldades no processo de ensino aprendizagem do aluno com Síndrome de Down. Felizmente os resultados são mais positivos que negativos. Quando a pesquisa se voltou para o corpo docente que tem contato com o aluno pesquisado, foi possível identificar que ambos dos professores possuem conhecimento técnico acerca da Síndrome de Down, além das dificuldades que um aluno com essa condição possui. Isso facilitou no decorrer da pesquisa, já que foi possível identificar as reais dificuldades do aluno no processo de ensino aprendizagem.

Quando a pesquisa passou para o pesquisado, a maior dificuldade foi encontrada, pois a tradução das respostas nem sempre correspondiam o que se buscava com as perguntas. A monotonia acabou prejudicando alguns pontos do processo investigatório, entretanto, foi possível supor em algumas situações, através do que foi coletado, a tentativa do aluno em comunicar algumas questões. A aplicação do produto educativo foi de extrema importância, já que evidenciou mais uma vez uma prática eficaz de alfabetização. O lúdico se tornou um alicerce para superar as dificuldades impostas pela condição genética do pesquisado, aumentando a lista de recursos utilizáveis no processo de interação do aluno no ambiente escolar. Foi possível notar que o aluno recebe a atenção devida dos professores e principalmente do seu regente, e que o processo de interação do mesmo ocorre de maneira mais produtiva quando ele está inserido nas mesmas atividades que os demais alunos, reforçando a ideia de que é preciso incluir para prosperar, e que os 71 benefícios são bilaterais, aumentando a capacidade do pesquisado em lidar com a sociedade como um todo, e dos outros alunos na compreensão acerca da condição genética da pessoa com Síndrome de Down e sobre as variadas formas de humanização de tratamento.

A inclusão na escola tem nos demonstrado a importância da consideração do processo de aprendizagem de cada aluno, respeitando as suas limitações.

É importante lembrar que não existe um método único para ensinar a todos. Por isso a importância de receber a criança e a sua família na escola, adaptando as estratégias de ensino.

No trabalho em sala de aula é primordial buscar estímulos visuais, sonoros e materiais concretos, sendo que sempre que necessário o professor precisa utilizar esses recursos para trabalhar os conteúdos em sala de aula.

Os comandos dos professores dos alunos com Síndrome de Down precisam ser claros e de uma linguagem em que os mesmos possam absorver com maior entendimento, também com os métodos de ensino lúdicos e concretos.

Muitos avanços ainda precisam serem feitos para haver a conquista e a par-



ticipação plena dessas pessoas na sociedade, mas as possibilidades e os avanços tem aumentado cada vez mais em diferentes espaços da cultura.

Pesquisas mostram que crianças com Síndrome de Down tem se adaptado melhor em suas vidas na sociedade devido a novas habilidades e métodos de ensino aplicadas as mesmas na vida escolar, citadas.

## REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FAÇANHA, L. S.; FAHD, W. C. B. A educação especial inclusiva a partir da defecologia de Vygotsky. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 25, p. 113-133, 2015.

LOUREIRO, M. A. R.; SANTOS, M. D. de J. M. **Educação Especial:** Inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares. 2002. 40 f. Trabalho Conclusivo de Curso (Área Pedagogia) – Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA, Belém. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br>>. Acesso em: 12 out. 2009.

LUIZ, F. M. R.; BORTOLI, P. S.; NASCIMENTO, L. C. e FLORIA-SANTOS, M. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 14(3), 497–508, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M; MARTINI, F. O; LIPP, L. K. A inclusão de alunos com síndrome de down: discurso dos professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, 2010, v. 22 – n. 1, p. 155-168.

SAAD, S. N. **Preparando o caminho para a inclusão:** dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003.

SILVA, I. G. **Vigotski, Defectologia e Processo Educativo**. Pleiade, 09(17): 77-82, 2015.

PAIVA; MELO; FRANK. **Síndrome de Down: Etiologia, características e impactos na família**. Faculdade de São Paulo: São Paulo, 2018.

TRENTIN, F. E; SANTOS, V. L. P. Aspectos Gerais da Síndrome de Down: uma visão biológica. **Cadernos da Escola de Saúde**, 2013, v. 1, n. 9, p. 15-31.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas – V. Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor, 1997.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL, 2019.

CAVALCANTE, 2000.

HOLLERWEGER e CATARINA (2014).

KUMIN (2017).